

28 AGO 1988

Setembro, um mês de muitas dificuldades para o Governo

BRASÍLIA — O Governo se prepara para a travessia do próximo trimestre, de setembro a novembro, com a certeza de que a combinação do novo patamar da URP — superior a 20% — com a temporada dos dissídios das principais categorias do setor público (como bancários e petroleiros), e mais a proximidade das eleições municipais, adiciona ingredientes explosivos ao processo inflacionário. Nesse cenário é que proliferaram na semana passada as especulações sobre um novo choque na economia brasileira a partir de primeiro de setembro, com congelamento de preços e salários e a manutenção da meta de controle do déficit público. O Governo respondeu com desmentidos veementes, tanto na área econômica como na Presidência da República.

O horizonte considerado ideal pelos Ministério do Planejamento e da Fazenda para a deflagração de um processo de desindexação na economia brasileira aponta para o próximo ano ou, pelo menos, para depois das eleições municipais.

Esse cronograma justifica-se, segundo fontes governamentais, pelo risco de que a adoção de medidas dessa natureza, às vésperas das eleições, possa ser considerada uma manobra eleitoral. O Governo teme que um choque adotado nessas circunstâncias seja seguido por um movimento de desobediência por parte dos agentes econômicos, inviabilizando rapidamente a tentativa de controle da inflação.

Mesmo com a cautela demonstrada pela área econômica, as fontes consultadas concordam que o quadro, a partir de setembro, será de agravamento do processo inflacionário e de novas dificuldades políticas e sociais para o Governo Sarney:

A previsão de técnicos do Governo é de que os índices desses dissídios, mesmo obedecendo às regras de limitá-los à variação do IPC, descontadas as URPs concedidas, serão da ordem de 100%.

A repercussão sobre as tarifas pú-



blicas será imediata, segundo os técnicos, porque as estatais não contam mais com margens suficientes para absorver elevação de custos.

Outro complicador é que a estratégia de conter a elevação das tarifas públicas, utilizada pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em agosto, para impedir que a inflação de julho se repetisse, não poderá ser implementada em setembro.

Na área privada, as empresas estão acumulando custos relacionados não apenas com o pagamento da URP, mas também por causa da decisão do Governo de antecipar o recolhimento de tributos, como foi feito para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa medida teve efeito imediato sobre o caixa de número muito grande de empresas

que, mesmo submetidas ao controle do Conselho Interministerial de Preços (CIP), estão sendo obrigadas a repassar os custos para os preços.

Todos esses fatores combinados geraram projeções na área técnica que apontam para uma taxa mensal de inflação de até 30% no final do próximo trimestre. Oficialmente, o Governo trabalha com um índice de inflação para setembro igual ao registrado este mês, o que significa uma taxa entre 20% e 21%.

A esse complicado quadro, o Ministério da Fazenda tem respondido com apenas duas medidas básicas: controle da moeda e elevação da receita da União, que visa a contenção do déficit público. Nenhuma fonte nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento confirma que os estudos sobre a desindexação da economia serão colocados em prática imediatamente.

Não há sequer consenso sobre que tipo de alternativa poderia ser adotada no caso brasileiro. O modelo considerado mais indicado para a economia brasileira, por fontes qualificadas, é o adotado em Israel, que combinou medidas ortodoxas — como profundos cortes no déficit público e redução significativa da massa de salários — com medidas heterodoxas, como o congelamento temporário dos preços.